UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA PONTA PORÃ
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAYANE COENE ROMEIRO

ANÁLISE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E MATO GROSSO DO SUL, NOS PERÍODOS DE 2015 A 2023

PONTA PORÃ – MS
2024

RAYANE COENE ROMEIRO

ANÁLISE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E MATO GROSSO DO SUL, NOS PERÍODOS DE 2015 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS.

Orientador: Msc Bruna Maria Oliveira Benites Ferreira Barone

PONTA PORÃ – MS

2024

R671a Romeiro, Rayane Coene

Análise do ensino médio no Brasil e Mato Grosso do Sul nos períodos de 2015 a 2023 / Rayane Coene Romeiro. –Ponta Porã, MS: UEMS, 2024.
35 p.

Artigo Científico (Graduação) – Ciências Econômicas – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.
Orientadora: Profa. Msc. Bruna Maria Oliveira Benites Ferreira Barone.

1. Ensino médio - Brasil 2. Investimento educacional 3. Ensino médio - Mato Grosso do Sul 4. Professores - Formação I. Barone, Bruna Maria Oliveira Benites Ferreira II. Título

CDD 23. ed. - 373.22098171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Bruna Peruffo Vieira – CRB 1/2959

ANÁLISE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E MATO GROSSO DO SUL, NOS PERÍODOS DE 2015 A 2023

Rayane Coene Romeiro

Resumo

Este artigo realiza uma análise do ensino médio no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo os períodos de 2015 a 2023, com foco nas redes pública e privada. O primeiro objetivo é realizar uma análise descritiva dos dados, e buscar identificar os investimentos e percentuais investidos na educação no estado do Mato Grosso do Sul. O número de matrículas no ensino médio no Brasil foi acompanhado, destacando o percentual de matrículas conforme a dependência administrativa, que permitiu uma comparação entre as redes pública e privada. A escolaridade dos docentes do ensino médio também foi analisada, revelando a formação dos professores nesse período. No Mato Grosso do Sul, foram avaliadas as matrículas no ensino médio entre 2017 e 2021, com dados que indicam as taxas de distorção idade-série por rede de ensino e sexo em 2021, além da análise das mesmas taxas por dependência administrativa. A escolaridade dos docentes no estado foi considerada, assim como a evolução do número de escolas de ensino médio nas diferentes redes durante o mesmo período. Por fim, o estudo também abordou o percentual do orçamento destinado à educação em Mato Grosso do Sul entre 2015 e 2023, oferecendo uma visão abrangente sobre os investimentos na área educacional. Os resultados apontam para desafios persistentes na educação básica, especialmente em relação ao acesso e à qualidade do ensino, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam melhorias significativas tanto em nível nacional quanto estadual. o estudo busca identificar os valores e percentuais investidos na educação em Mato Grosso do Sul, essa análise financeira é essencial para compreender se os recursos estão sendo alocados de maneira eficaz para atender às necessidades educacionais da população.

PALAVRAS-CHAVE: Investimento Educacional, Ensino Médio, Desempenho Escolar.

1 Introdução

A educação no Brasil desempenha um papel fundamental na formação dos cidadãos e no desenvolvimento social e econômico do país. Entretanto, ainda enfrentamos desafios em relação à qualidade do ensino e às desigualdades entre as escolas públicas e privadas. Este estudo tem como objetivo realizar uma breve análise do ensino médio nas redes pública e privada do Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, nos períodos de 2015 a 2023.

Costa Júnior (2023) argumenta que a educação vai além da mera transmissão de conhecimentos, pois ela deve englobar também a disseminação de valores e atitudes que auxiliem as pessoas no desenvolvimento de competências como pensamento crítico, colaboração, comunicação e criatividade. Portanto, a educação é entendida como um instrumento para cultivar as habilidades e competências necessárias para enfrentar as transformações e incertezas do mundo moderno, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Dessa forma, a educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos aptos a participar ativamente da sociedade da informação e do conhecimento.

A educação pode ser entendida como o processo de educar ou ensinar. Trata-se de uma jornada que potencializa as habilidades físicas, mentais e éticas, com o objetivo de fomentar a integração tanto individual quanto social. Além disso, é um instrumento para adquirir conhecimentos. Em suma, a educação é também a habilidade de transmitir saberes e práticas que são essenciais para o progresso da civilização (COSTA JÚNIOR, 2023).

A importância da alfabetização foi reconhecida por indivíduos ao longo da história e a educação permanece como uma pedra essencial da sociedade. No entanto, com o passar do tempo, tornou-se evidente que a educação abrange muito mais do que simplesmente adquirir estas competências e é por meio da educação que se estabelece a base para o aprendizado ao longo da vida, permitindo que os indivíduos adquiram não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também habilidades sociais e emocionais essenciais para a convivência em sociedade.

Além disso, a educação básica contribui para a redução da pobreza. Segundo a UNESCO, "a educação é um dos meios mais eficazes para erradicar a pobreza" (UNESCO, 2014, p.78). Quando as crianças têm acesso a uma educação de qualidade, elas têm mais chances de romper o ciclo intergeracional da pobreza. Isso não apenas melhora as condições de vida dessas famílias, mas também fortalece a economia do país ao aumentar a taxa de participação no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante é que uma população educada tende a ser mais inovadora, o que é vital para o crescimento econômico. Conforme afirmado pelo economista Paul Romer, "a inovação é impulsionada pelo conhecimento e pela educação" (ROMER, 1990, p. 71). A educação não apenas prepara indivíduos para o mercado de trabalho, mas também cria uma base sólida para uma economia dinâmica e inovadora. O investimento em educação básica é, portanto, um investimento no futuro econômico de um país, contribuindo tanto para a redução da pobreza quanto para o desenvolvimento tecnológico e inovação. Países que investem em educação básica geralmente apresentam maior capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico. Uma economia que inova constantemente tem mais chances de se adaptar às mudanças do mercado global, aumentar sua competitividade e promover crescimento sustentável.

No Estado do Mato Grosso do Sul, essa importância se intensifica diante dos desafios específicos enfrentados pela região, como desigualdades socioeconômicas, ou seja, e a necessidade de promover a inclusão social. A educação básica é a porta de entrada para oportunidades futuras, contribuindo para a redução das disparidades. Isso se relaciona com a economia na medida em que uma população educada é mais capaz de se adaptar às exigências do mercado de trabalho atual e futuro. A formação adequada prepara os jovens para ocupações que exigem habilidades específicas, fundamentais em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, a educação básica é fundamental para abordar desafios econômicos na região do Mato Grosso do Sul, promovendo igualdade de oportunidades, inclusão social e preparando os jovens para um

futuro promissor no mercado de trabalho. Essa relação entre educação e economia é vital para o desenvolvimento sustentável da região.

Assim, ao examinar a educação básica tanto no Brasil quanto em Mato Grosso do Sul, é essencial identificar não apenas os progressos alcançados, mas também os desafios que ainda persistem. A busca por uma educação de qualidade representa um compromisso em conjunto, e investir na educação fundamental é assegurar que todos disponham dos recursos necessários para moldar um futuro mais sustentável.

Em Mato Grosso do Sul, a educação básica também passou por transformações significativas. A Secretaria de Estado de Educação (SED) tem promovido programas focados na valorização dos profissionais da educação e na melhoria da infraestrutura escolar. Um exemplo é o Programa "Escola da Autoria", que visa promover práticas pedagógicas inovadoras. Segundo a SED, “nossa meta é transformar as escolas em ambientes cada vez mais acolhedores e estimulantes para os alunos” (SED/MS, 2021, p.30).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado apresentou variações ao longo dos anos, indicando que “embora haja avanços em algumas áreas, a disparidade entre escolas urbanas e rurais continua sendo uma preocupação” (INEP, 2023, p. 18). Essa situação ressalta a importância de políticas públicas que considerem as especificidades regionais e promovam inclusão.

Outro indicador importante é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma ferramenta essencial para avaliar o desempenho dos estudantes que concluíram o ensino médio e serve como indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Segundo o Ministério da Educação, o Exame Nacional do Ensino Médio é reconhecido internacionalmente como um padrão de avaliação e tornou-se a maior avaliação educacional do Brasil e uma das cinco maiores do mundo em número de participantes. Além de sua relevância social, o exame influencia diretamente as práticas de ensino fundamental e médio. (ANDIFES,2011).

Segundo informações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2022) datadas de 9 de agosto de 2022, foram registrados 34.066.000 casos confirmados e 680.531 mortes em decorrência da covid-19. Ao longo da pandemia, houve um aumento exponencial no número de pessoas infectadas pelo vírus em todo o mundo, resultando na interrupção das aulas para milhões de estudantes. A pandemia de covid-19 representa uma emergência sanitária que impactou vários países. As estratégias implementadas para enfrentar a doença são variadas, adaptando-se à condição particular de cada país. Dentre essas estratégias, destaca-se o distanciamento social ou o confinamento domiciliar, que pode envolver uma fração da população ou até mesmo a totalidade do território nacional. (LIMA; SOUSA, 2021).

As instituições de ensino têm procurado recursos para facilitar a mudança para aulas online de forma excepcional. Esse contexto demandou uma reflexão sobre as tecnologias digitais e de que maneira elas podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, visando minimizar os efeitos da suspensão das aulas presenciais. (MENEZES; FRANCISCO, 2020).

Gordon (2020), enfatiza que as aulas online têm gerado debates e questionamentos sobre sua eficácia. A situação enfrentada por muitas famílias de classe média baixa, principalmente na América Latina, evidencia a fragilidade das políticas educacionais na era digital. A forma de aprendizagem proporcionada pelos ambientes virtuais é alarmante, pois foi observado que os conteúdos não foram explorados de maneira adequada, não houve acompanhamento do progresso das competências dos estudantes, e o uso de plataformas online ou aplicativos digitais não ajudou na consolidação do aprendizado, devido à falta de familiaridade com seu funcionamento, além de avaliações abertas e dificuldade para realizar atividades em grupo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo realizar uma breve análise do ensino médio nas redes pública e privada do Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, nos períodos de 2015 a 2023.

1.1.2 Objetivo Específico

I. Realizar uma breve análise da educação básica no Brasil.

II. Analisar dados do Ensino Médio no Estado do Mato Grosso do Sul.

III. Identificar os investimentos e percentuais investidos na educação no estado do Mato Grosso do Sul.

2- EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil é um tema complexo que envolve uma série de desafios e avanços ao longo das décadas. Segundo a UNESCO (2020, p. 12), "a educação é um direito humano fundamental e uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável". No entanto, o país ainda enfrenta dificuldades significativas em garantir acesso e qualidade educacional para todos os seus cidadãos (UNESCO, 2020).

A Constituição Federal de 1988 define que a educação é dever do Estado e da família. Isso implica que ambos devem garantir não apenas o acesso à educação, mas também que a educação oferecida esteja dentro de um padrão mínimo de qualidade, seja em instituições públicas ou privadas. Marques (2014) ressalta que a educação não deve ser vista apenas como um direito social, mas como um meio essencial para que o indivíduo participe plenamente do mundo em que vive. As escolas, portanto, têm a responsabilidade de fornecer o conhecimento necessário para que os alunos compreendam o contexto em que estão inseridos.

A educação então é um direito que deve ser garantido a todos os indivíduos. Essa garantia, no entanto, deve obedecer a um padrão mínimo de qualidade. Como já vimos no capítulo anterior, a Constituição Federal de 1988, define que a educação é dever do Estado e da Família. Sendo assim, o Estado juntamente com a família, deve garantir que todos os indivíduos tenham acesso à educação, e garantir que a educação oferecida esteja dentro do padrão mínimo de qualidade, seja dentro de uma instituição pública ou privada. Porém, apesar de colocar a família como responsável junto com o Estado, é ele quem deve

garantir o acesso e a qualidade da educação a todos os indivíduos. (MARQUES, 2014, p.31)

As origens da educação escolar no Brasil remontam a 1553, com a fundação da primeira instituição de ensino da Bahia pelos franciscanos, operando no setor privado (CUNHA, 2015). Ao longo dos cinco séculos seguintes, as escolas privadas desempenharam um papel consistente na educação brasileira, contribuindo para o desenvolvimento e valorização da sociedade.

Cunha (2015), ressalta que o sistema educacional nacional será mais eficaz em atender às necessidades sociais do país ao eliminar as disparidades entre os setores público e privado. Para isso, é fundamental que ambos os setores se unam em projetos colaborativos, onde o papel do Estado seja, primeiramente, remover obstáculos e criar incentivos, ao invés de restringir direitos. É importante também desfazer a concepção de que a participação da iniciativa privada na educação é apenas uma concessão.

Libâneo e Silva (2020) afirmam que a justiça social na educação envolve assegurar a todos os alunos uma base comum de conhecimentos e habilidades fundamentais. Para abordar essa questão com seriedade, é essencial compreendê-la sob três enfoques: “a Educação voltada para resultados, a Educação que abraça a diversidade e a Educação como um meio de desenvolvimento das capacidades humanas em conjunto com a diversidade”. (LIBÂNEO; SILVA, 2020, p.819).

Por outro lado, Gomes (2020) aponta os avanços obtidos nos últimos anos, como a redução das taxas de reprovação e evasão escolar. A definição de metas específicas com prazos demonstra que é possível combater as desigualdades no sistema educacional. Contudo, um dos principais desafios ainda reside na implementação dessas políticas públicas, que é afetada pela significativa descentralização da gestão educacional. Em síntese, embora tenha havido progressos relevantes na educação brasileira, persistem desafios profundos relacionados à desigualdade no acesso e na qualidade do ensino. A

garantia do direito à educação deve ser acompanhada por esforços contínuos para garantir um padrão mínimo de qualidade para todos os cidadãos.

De acordo com Trezzi (2022), a injustiça educacional se revela na forma como a sociedade discute o acesso à escola. Enquanto uma pequena fração dos mais pobres busca escolas na esperança de obter uma educação de qualidade, muitos dos mais ricos optam por não matricular seus filhos em instituições públicas. Isso evidencia que a ideia de justiça no ambiente escolar abrange diferentes aspectos e não deve ser analisada apenas sob a ótica da igualdade de acesso ou do desempenho acadêmico.

Costa Júnior (2023) argumenta que a educação e a vivência escolar são fundamentais para o desenvolvimento humano e a interação social. Através da educação, adquirimos habilidades essenciais para as relações interpessoais e conhecimentos que nos permitem desenvolver recursos relacionados à saúde, alimentação e urbanização.

A educação pode ser definida como o ato ou efeito de educar ou ensinar. É um processo que desenvolve as capacidades físicas, intelectuais e morais, e visa promover a integração pessoal e social. É também um meio de desenvolver conhecimentos e habilidades, e representa o aprimoramento geral das capacidades de todos os seres humanos. Enfim, a educação também é a arte de ensinar saberes e práticas utilizadas na sociedade para desenvolver a civilização. (COSTA JÚNIOR, 2023, p. 3).

Dessa forma, a educação desempenha diversas funções sociais, com o objetivo de promover o desenvolvimento da sociedade. Não acreditamos que a educação, por si só, possa eliminar os problemas que afligem a sociedade. Isso porque, como instituição de ensino e meio de aquisição do conhecimento científico, a própria educação enfrenta dificuldades em resolver suas questões internas. As decisões políticas e econômicas são, em essência, responsabilidade do Estado, que tem o dever de garantir à sociedade um mínimo de condições básicas, como educação, moradia, saúde, emprego e saneamento. No entanto, a política mínima vigente no país se insere em um contexto dominado por ideais neoliberais e aponta para mudanças necessárias na

educação e no papel do professor na chamada sociedade do conhecimento e da informação (COSTA JÚNIOR, 2023).

O mesmo autor ainda evidencia que a educação, é, portanto, fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico que possibilite a análise dos problemas sociais e a criação de soluções fundamentadas em evidências. Sem uma educação de qualidade, a sociedade em rede não pode alcançar uma verdadeira democracia. Além disso, a educação é a base essencial da produtividade em uma economia orientada pelo conhecimento. Uma educação de alta qualidade é vital para a sobrevivência individual e a prosperidade econômica de uma sociedade conectada, devendo ser encarada como um processo contínuo de aprendizado ao longo da vida, que envolve a aquisição constante de novas habilidades e competências. (COSTA JÚNIOR, 2023).

2.1 Educação Básica

A educação básica no Brasil é dividida em três fases: a educação infantil, destinada a crianças de até cinco anos; o ensino fundamental, voltado para estudantes de 6 a 14 anos; e o ensino médio, que atende alunos de 15 a 17 anos. Cada uma dessas fases possui objetivos específicos, além de distintas formas de organização, gestão e competências. (CARVALHO, 2019)

Carvalho (2019) destaca que com o objetivo de analisar a qualidade da Educação básica no Brasil, foram implementados no país diversos instrumentos, como o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil. Esses indicadores demonstram que o Brasil está passando por um período de notável avanço nos índices que avaliam as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da educação básica, fatores que aproximam o país da universalização do ensino fundamental.

Um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca que "a educação é um dos principais motores da produtividade e do crescimento econômico" (OCDE, 2018, p. 45). Isso se deve ao fato de que pessoas com uma educação básica sólida conseguem obter empregos melhores, o que, por sua vez, resulta em rendas

mais altas. De acordo com o Banco Mundial, "cada ano adicional de escolaridade pode aumentar os rendimentos pessoais em até 10%" (Banco Mundial, 2018, p.23).

Discutir o ensino privado na educação brasileira envolve, inevitavelmente, a escola confessional católica, devido aos vínculos históricos e culturais estabelecidos. É fundamental ressaltar que, mesmo quando recebe subsídios parciais do governo, essa modalidade de ensino nunca se submete a diretrizes estatizantes, mantendo sempre os princípios da livre iniciativa que orientam todo o setor privado (CUNHA,2015).

Os professores da escola pública enfrentam diversas dificuldades, como excesso de alunos, falta de merenda, insegurança e a falta de recursos financeiros que resulta na baixa remuneração dos docentes. Muitos precisam assumir empregos extras e lidar com a dupla jornada, dividindo-se entre as responsabilidades familiares e o trabalho. Apesar desses desafios, eles devem entrar em sala de aula, deixar de lado os problemas e ainda encontrar maneiras criativas de ensinar para manter a atenção dos alunos (INEP, 2017).

Para enfrentar os desafios da educação básica no Brasil, é fundamental que haja um compromisso contínuo com investimentos em infraestrutura, formação de professores e políticas inclusivas. O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destacam que “a educação deve ser uma prioridade nas agendas políticas, especialmente em tempos de crise” (UNESCO, 2020, p.10, p.88).

3 - METODOLOGIA

Para atender aos objetivos propostos neste trabalho, que visa realizar uma breve análise descritiva de dados do ensino médio nas redes pública e privada do Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, serão considerados os estudos de análise dos períodos de 2015 a 2023.

A metodologia empregada neste trabalho será revisão bibliográfica e análise descritiva dos dados, com utilização de dados secundários sobre a educação básica no Brasil e no estado Mato Grosso do Sul. Segundo Gil (2008)

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos[...]” (GIL, 2008, p. 50).

O tema abordado neste trabalho apresenta informações que já foram transmitidas. Foi realizado um levantamento de dados a partir dos dados que foram extraídos da Deed/Inep, que utiliza informações coletadas pelo Censo Escolar da Educação Básica, oferecendo uma base sólida para compreender a realidade da educação em diferentes contextos e regiões, e do Tesouro Nacional Transparente, especificamente do Relatório de Execução Orçamentária (RREO), que oferece informações sobre a execução financeira dos recursos destinados à educação, enquanto o Censo Escolar fornece um retrato detalhado das matrículas, infraestrutura e condições das escolas em todo o Brasil. Juntas, essas fontes permitem uma análise abrangente da realidade educacional. Essa pesquisa fornece uma combinação de dados que é essencial para entender como os recursos são alocados e quais são os impactos na qualidade do ensino, ajudando a identificar áreas que necessitam de mais atenção e investimento.

4- Dados do Ensino Médio

Neste capítulo, será realizada uma análise abrangente do número de matrículas no ensino médio no Brasil entre 2019 e 2023, com foco em três categorias principais: o total de matrículas, as matrículas em cursos integrados à educação profissional e aquelas em cursos não integrados. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais profunda das preferências educacionais dos estudantes e das famílias, bem como das políticas públicas voltadas para a formação técnica e profissional.

Além disso, será destacado o percentual de matrículas segundo a dependência administrativa das instituições, permitindo uma comparação entre a rede pública e a rede privada. A rede privada será ainda subdividida em

convencionada[1] e não convencionada [2]com a rede pública, proporcionando uma visão detalhada sobre como essas diferentes modalidades impactam o acesso à educação no ensino médio.

A escolaridade dos docentes que atuam no ensino médio também será um ponto central deste capítulo. Serão apresentados dados sobre o nível de formação dos professores, incluindo informações sobre suas qualificações e especializações, o que é crucial para avaliar a qualidade do ensino oferecido. A evolução do número de escolas de ensino médio ao longo desse período será analisada, diferenciando entre as redes pública e privada. Essa análise permitirá identificar tendências significativas na oferta educacional e como essas mudanças podem afetar o acesso e a qualidade da educação.

Por fim, serão incluídos dados básicos sobre a educação no estado do Mato Grosso do Sul, contextualizando a situação local dentro do panorama nacional. Essa abordagem não apenas enriquecerá a discussão sobre os desafios enfrentados pela educação no Brasil, mas também proporcionará um

espaço para comparar as realidades regionais com as tendências nacionais, oferecendo um quadro mais completo da educação no país.

4.1 – Dados do Ensino médio no Brasil

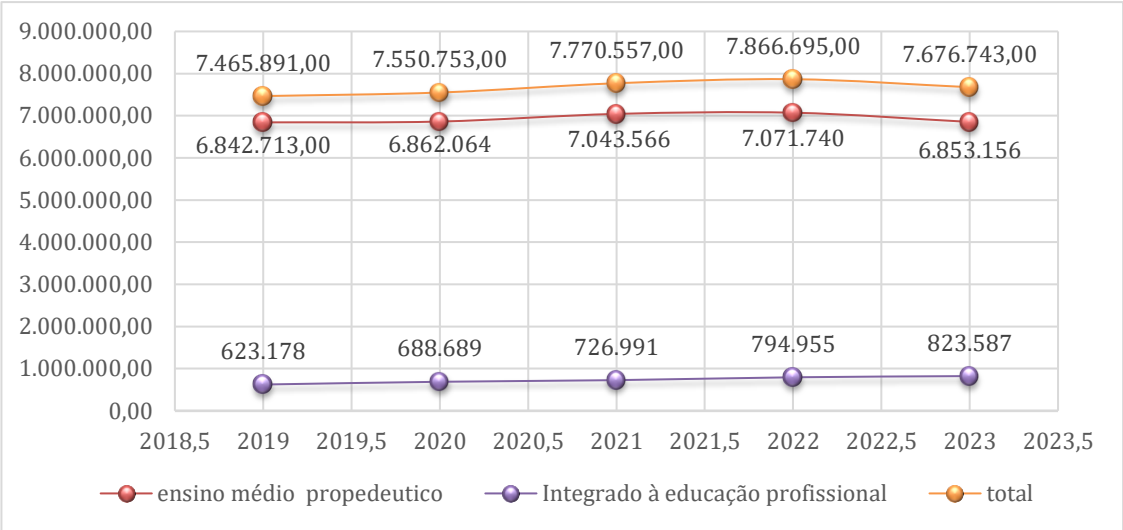
Na figura 1, observa-se um aumento geral nas matrículas no ensino médio total, que cresceu de 7.465.891 em 2019 para 7.866.695 em 2022. Isso

[1] Escolas Conveniadas: São aquelas que mantêm um convênio ou parceria com a rede pública de ensino. Isso significa que elas recebem recursos ou apoio do governo, podendo oferecer vagas para estudantes que utilizam o sistema de financiamento público. Normalmente, essas escolas seguem diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação, o que pode incluir a obrigatoriedade de seguir o currículo da rede pública. Esse modelo pode facilitar o acesso à educação para estudantes de baixa renda, já que as instituições conveniadas muitas vezes oferecem preços mais acessíveis ou até mesmo gratuidade em algumas situações.

[2] Escolas Não Conveniadas: Essas instituições não possuem qualquer tipo de convênio com a rede pública e operam de forma independente. Elas são totalmente privadas e definem suas próprias mensalidades, e métodos pedagógicos. O acesso a essas escolas podem ser mais restritas devido ao custo das mensalidades, o que pode criar barreiras para estudantes de famílias com menor poder aquisitivo.

sugere uma tendência positiva na demanda por educação média, indicando que mais estudantes estão buscando completar essa etapa educacional.

FIGURA 1**- Número De Matrículas No Ensino Médio Do Brasil, Durante O Período De 2019 a 2023.**



Fonte: Dados da Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela autora).

No entanto, ao analisar as matrículas em cada categoria, nota-se que os cursos propedêuticos[3] mantêm uma participação significativa e crescente, passando de 6.842.713 em 2019 para um pico de 7.071.740 em 2022, antes de cair para 6.853.156 em 2023.

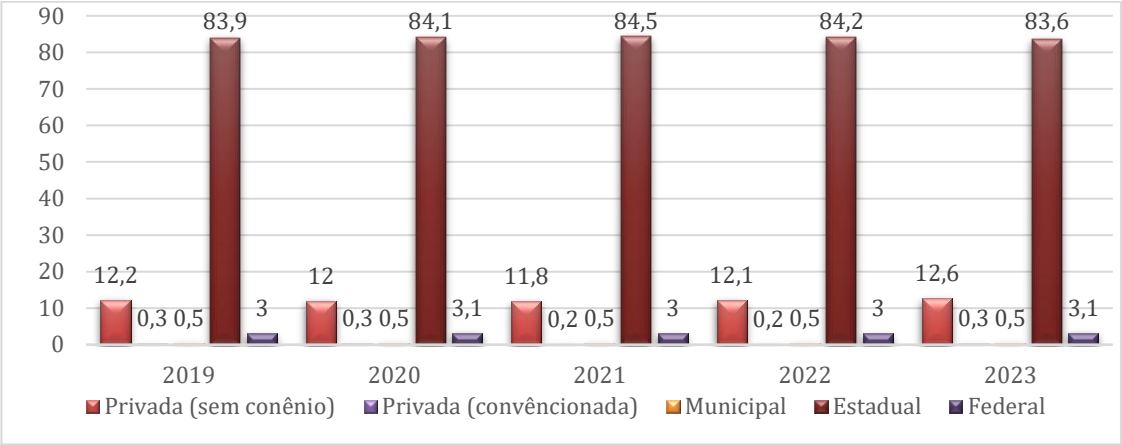
Por outro lado, os cursos integrados à educação profissional apresentam um crescimento constante, subindo de 623.178 para 823.587 no ano de 2023. Esse aumento pode indicar uma valorização da formação técnica e profissional entre os estudantes, refletindo uma mudança nas preferências educacionais e uma possível adaptação ao mercado de trabalho que exige habilidades específicas.

Os dados apresentados, na figura 2, mostram a distribuição percentual de matrículas em diferentes tipos de instituições educacionais, com foco nas escolas privadas (tanto convencionadas quanto não convencionadas), municipais, estaduais e federais. A partir da análise, observa-se que as

[3] Cursos propedêuticos são programas educacionais que têm como objetivo preparar os alunos para a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, geralmente em instituições de ensino superior. Esses cursos são voltados para fornecer uma base teórica e prática que facilite a compreensão de conteúdos mais complexos nas áreas específicas de interesse do estudante.

instituições estaduais continuam a dominar a matrícula escolar, com percentuais variando entre 83,6% e 84,5% ao longo do período analisado. As escolas federais apresentam uma oscilação entre 3% e 3,1%, o que indica que a educação federal ainda representa uma fração pequena do total de matrículas.

FIGURA 2-**Percentual De Matrículas No Ensino Médio, Segundo A Dependência Administrativa Do Brasil, Nos Períodos De 2019 a 2023.**



Fonte: Dados da Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela autora).

Primeiramente, as escolas privadas sem convênio apresentam uma porcentagem entre 11,8% e 12,6%, o que indica que apenas uma pequena fração dos alunos opta por essa modalidade. Isso pode ser um reflexo do custo mais elevado dessas instituições, que muitas vezes ficam fora do alcance financeiro de muitas famílias. Por outro lado, as escolas privadas convencionadas têm uma presença ainda mais diminuta, variando entre 0,2% e 0,3%. Essa baixa representatividade pode sugerir que há uma oferta limitada desse tipo de instituição ou que as famílias não estão cientes das opções disponíveis.

Em contrapartida, observamos que as escolas municipais têm um percentual muito baixo de matrículas, oscilando em torno de 0,5%. Isso pode indicar que essa modalidade não é muito utilizada ou que sua oferta é restrita. A situação muda drasticamente quando analisamos as escolas estaduais: elas representam entre 83,6% e 84,5% das matrículas no ensino médio. Essa alta porcentagem sugere que a grande maioria dos alunos depende da rede pública

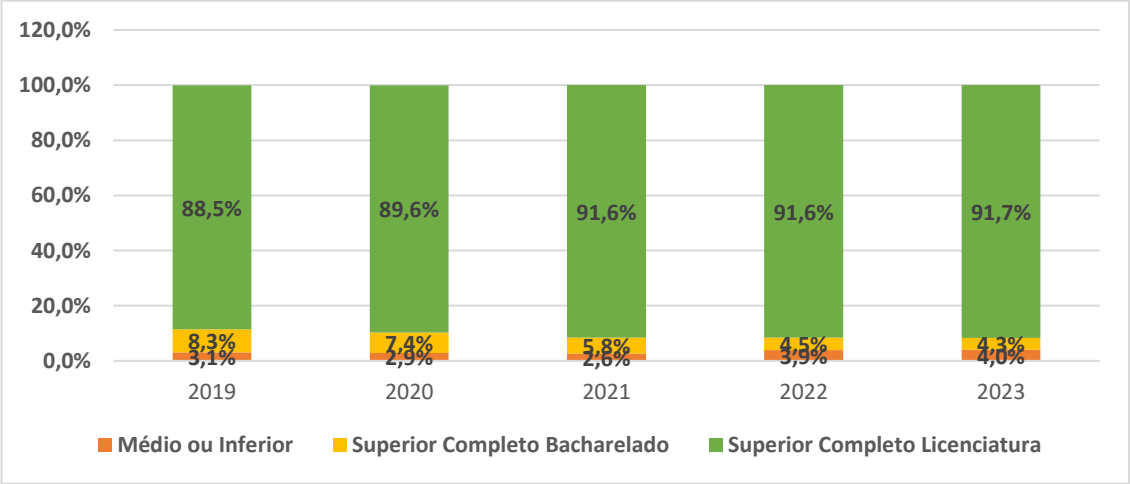
estadual para sua educação, o que é bastante comum em muitos estados do Brasil.

As escolas federais também têm uma participação limitada no total de matrículas, variando entre 3% e 3,1%. Essa baixa porcentagem indica que as instituições federais não são a principal escolha para os alunos do ensino médio.

A predominância das matrículas na rede pública estadual sugere que muitos estudantes dependem dessa opção devido a restrições financeiras que limitam seu acesso às escolas privadas. A dificuldade em arcar com os custos de instituições privadas pode levar as famílias a optar pela educação pública como a alternativa mais viável. Assim, esses dados não apenas revelam a distribuição das matrículas nas diferentes modalidades de ensino, mas também destacam a influência significativa da renda na escolha da instituição educacional pelas famílias dos estudantes.

Os dados apresentados, na figura 3, referem-se à escolaridade dos docentes do ensino médio. Em 2019, 3,1% dos docentes tinham apenas o ensino médio ou formação inferior. Esse percentual apresenta uma leve tendência de aumento nos anos seguintes, alcançando 4,0% em 2023. Isso pode indicar um aumento no número de docentes sem formação superior adequada para atuar no ensino médio, o que pode impactar na qualidade da educação.

FIGURA 3**- Escolaridade Dos Docentes Do Ensino Médio No Brasil, Dos Períodos De 2019 A 2023.**



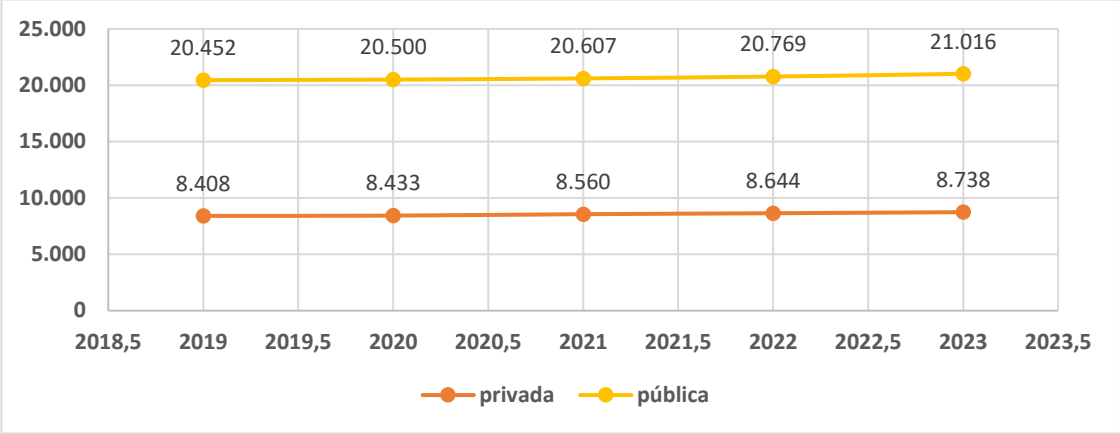
Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela autora).

Por outro lado, a categoria Superior Completo Bacharelado apresenta uma queda significativa ao longo dos anos. Em 2019, 8,3% da população tinha um bacharelado completo, mas essa porcentagem caiu para 4,3% em 2023. Essa diminuição pode ser interpretada como uma reflexão das mudanças no mercado de trabalho ou nas preferências educacionais, onde menos pessoas estão optando por esse tipo específico de formação superior.

O percentual de docentes com formação em licenciatura foi de 88,5% em 2019 e teve uma leve variação ao longo dos anos, alcançando 91,7% em 2023. Esse dado é positivo, pois indica que a maioria dos professores do ensino médio possui a formação adequada para o exercício da docência, refletindo um compromisso com a qualificação profissional.

Quando olhamos para o conjunto dos dados, podemos perceber que o cenário educacional está mudando. Embora as taxas de pessoas com formação superior licenciada tenham se mantido altas e até aumentado levemente, há uma diminuição na proporção de indivíduos com bacharelado, ao mesmo tempo que o número de pessoas com escolaridade média ou inferior apresenta um leve aumento. Isso sugere que há uma complexidade nas trajetórias educacionais e nas escolhas dos indivíduos ao longo do tempo. Portanto, esses dados não apenas mostram números percentuais, mas também refletem dinâmicas sociais mais amplas que influenciam as escolhas e oportunidades educacionais das pessoas ao longo dos anos.

FIGURA 4- **Evolução Do Número De Escolas De Ensino Médio, Por Rede (Pública Ou Privada) Do Brasil, Nos Períodos De 2019 a 2023.**



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela autora).

Os dados apresentados, na figura 4, referem-se ao número de escolas, por rede de ensino, no ensino médio, são divididos entre instituições de ensino privadas e públicas, durante o período de 2019 a 2023. Observamos um crescimento constante nas matrículas em escolas privadas ao longo dos anos.

O número de matrículas aumentou de 8.408 em 2019 para 8.738 em 2023, o que representa um aumento total de 330 matrículas (aproximadamente 3,9%). O crescimento é consistente, embora não explosivo, indicando uma estabilidade no interesse por instituições privadas.

As instituições públicas também mostram um crescimento, como mostra a figura 4, mas com números absolutos muito maiores. O número de escolas aumentou de 20.452 em 2019 para 21.016 em 2023, totalizando um aumento de 564 escolas (aproximadamente 2,8%). O crescimento nas escolas públicas é significativo, mostrando que a educação pública continua a ser uma escolha predominante para os alunos do ensino médio.

Embora ambas as categorias tenham mostrado crescimento nas matrículas, o número absoluto de alunos nas escolas públicas continua a ser muito maior. A diferença entre o número de alunos nas escolas públicas e privadas é significativa e tem se mantido estável ao longo do tempo**.**

4.2 Dados básicos da Educação no estado do Mato Grosso do Sul

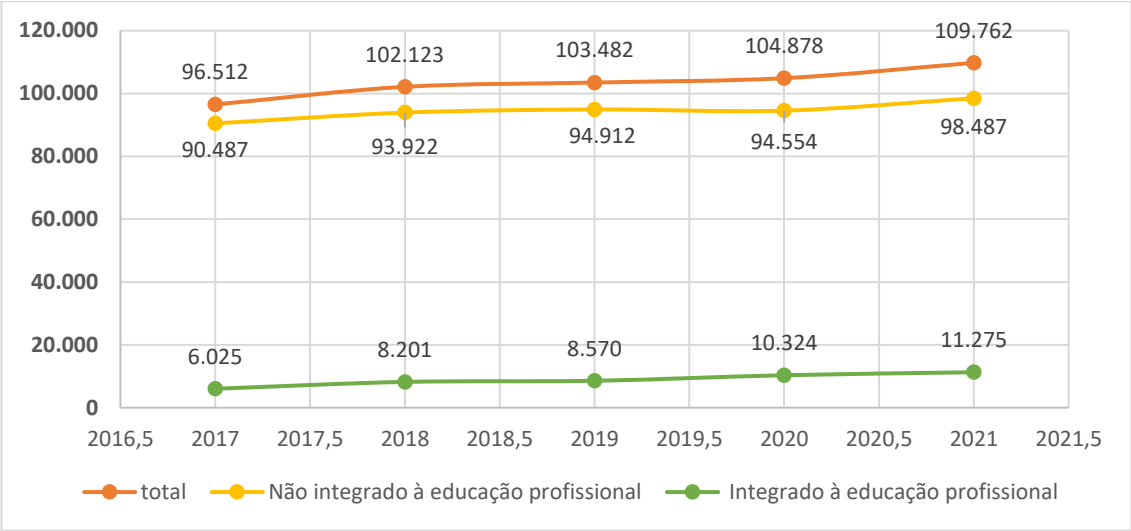
A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico de qualquer região, e no estado de Mato Grosso do Sul, essa questão se torna ainda mais relevante diante das particularidades locais. Neste capítulo, será feita uma análise detalhada dos dados básicos da educação no estado, com foco no ensino médio, que representa uma etapa crucial na formação dos jovens.

As informações abordadas englobarão o número de matrículas no ensino médio entre 2017 e 2021, segmentando-as em cursos integrados e não integrados à educação profissional, além de discutir a proporção de matrículas em diferentes redes de ensino. Outro ponto central deste capítulo será a taxa de distorção idade-série, que revela a adequação entre a idade dos alunos e o ano escolar em que estão matriculados. Além disso, serão apresentados dados acerca da escolaridade dos docentes que atuam no ensino médio, uma variável essencial para avaliar a qualidade do ensino oferecido na região. A evolução do número de escolas de ensino médio também será examinada, permitindo uma visão clara sobre as mudanças na oferta educacional ao longo do período analisado.

Por meio dessa abordagem abrangente, pretende-se oferecer um panorama detalhado da educação em Mato Grosso do Sul, destacando tanto os avanços quanto os desafios que permeiam este setor. Compreender esses dados é crucial para embasar futuras políticas educacionais e promover melhorias significativas na formação dos jovens sul-mato-grossenses.

Os dados representados pela figura 5, representam o total de alunos (ou uma métrica similar) em cada ano, com suas respectivas divisões. Vamos observar as tendências e as mudanças ao longo do período. O total de alunos cresceu consistentemente ano após ano, indicando um aumento no interesse ou na matrícula em cursos que envolvem educação profissional.

FIGURA 5- **Número De Matrículas No Ensino Médio Do Mato Grosso Do Sul, Nos Períodos de 2017 a 2021.**



Fonte: Dados do Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela própria autora).

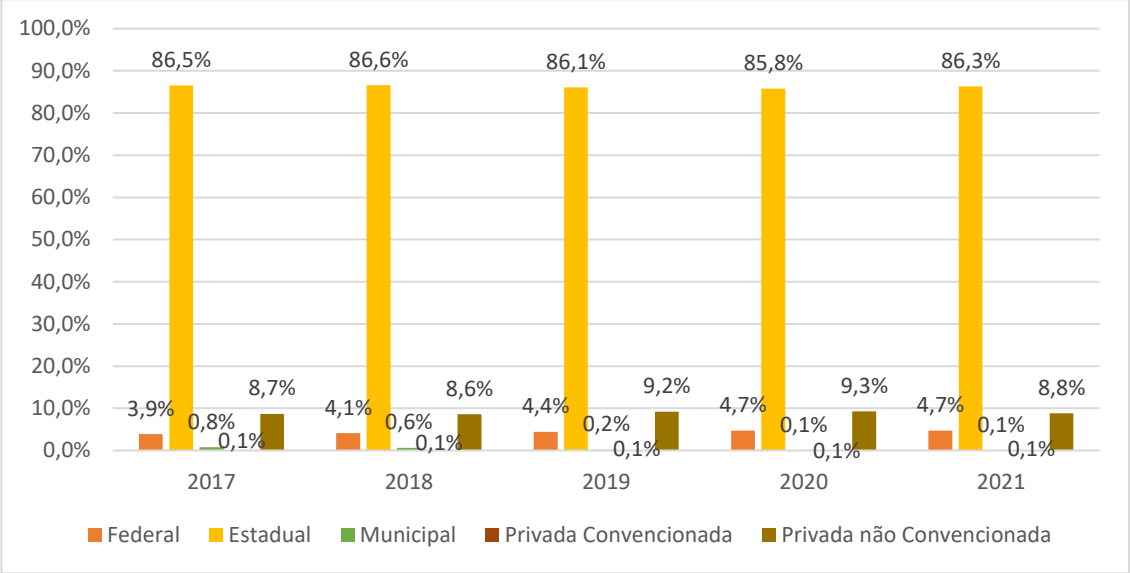
Em 2021, foram contabilizadas 109.762 matrículas no ensino médio, o que representa um crescimento de 13,7% em comparação ao total de matrículas do ano de 2017. O segmento do ensino médio não vinculado à educação profissional teve um aumento de 8,8% nas matrículas entre 2017 e 2021, enquanto o ensino médio integrado à educação profissional registrou um impressionante crescimento de 87,1% nesse mesmo intervalo.

O crescimento no número de alunos integrados à educação profissional mostra uma tendência positiva em direção à formação técnica e especializada. Embora tenha havido um crescimento na parte não integrada, ele foi menos acentuado e até apresentou uma leve queda em um ano (2020), o que pode indicar uma necessidade de atenção para essa área.

Esses dados ressaltam a importância de políticas públicas que incentivem a educação profissional, pois ela parece estar atraindo cada vez mais estudantes ao longo dos anos e são fundamentais para entender as dinâmicas da educação na região e podem ajudar na formulação de estratégias futuras para atender às necessidades educacionais da população, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da educação profissional como uma via importante para o desenvolvimento econômico e social.

Os dados apresentados, na figura 6, refletem a distribuição percentual dos estudantes em diferentes tipos de instituições educacionais entre os anos de 2017 e 2021.

FIGURA 6 - **Percentual De Matrículas No Ensino Médio Do Mato Grosso Do Sul, Nos Períodos de 2017 a 2021.**



Fonte: Dados do Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela autora).

Observa-se que as instituições estaduais dominam a matrícula, com percentuais que variam entre 85,8% e 86,6% ao longo dos anos. As escolas federais também mostram um crescimento gradual, passando de 3,9% em 2017 para 4,7% em 2021, indicando uma leve valorização da educação federal. Em contrapartida, as instituições municipais apresentaram uma diminuição significativa na participação percentual, caindo de 0,8% em 2017 para apenas 0,1% em 2021.

Além das instituições federais e estaduais, as escolas privadas convencionadas[4] e não convencionadas [5]também merecem destaque. As

[4] Escolas Conveniadas: São aquelas que mantêm um convênio ou parceria com a rede pública de ensino. Isso significa que elas recebem recursos ou apoio do governo, podendo oferecer vagas para estudantes que utilizam o sistema de financiamento público. Normalmente, essas escolas seguem diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação, o que pode incluir a obrigatoriedade de seguir o currículo da rede pública. Esse modelo pode facilitar o acesso à educação para estudantes de baixa renda, já que as instituições conveniadas muitas vezes oferecem preços mais acessíveis ou até mesmo gratuidade em algumas situações.

[5] Escolas Não Conveniadas: Essas instituições não possuem qualquer tipo de convênio com a rede pública e operam de forma independente. Elas são totalmente privadas e definem suas próprias mensalidades, e métodos pedagógicos. O acesso a essas escolas podem ser mais restritas devido ao

privadas convencionadas mantiveram uma participação relativamente baixa e estável ao longo do período analisado, enquanto as privadas não convencionadas mostraram um aumento de 8,7% em 2017 para um pico de 9,3% em 2020, antes de cair ligeiramente para 8,8% em 2021. Esse cenário sugere uma crescente diversidade na oferta educacional privada e uma possível mudança nas preferências dos alunos em relação ao tipo de instituição frequentada. A leve queda das escolas estaduais nos últimos anos também pode indicar um movimento de migração dos alunos para outras modalidades de ensino ou instituições.

A rede pública estadual lidera a quantidade de matrículas no ensino médio, contabilizando 86,3% do total, enquanto a rede privada representa 8,9%. Entre 2017 e 2021, a proporção de matrículas na rede estadual teve uma redução de 0,2 pontos percentuais. No mesmo intervalo, as matrículas nas instituições privadas diminuíram em 0,6 pontos percentuais (Figura 6). Ao analisar a distribuição das matrículas de ensino médio conforme a localização, verifica-se que a maior parte, 92,6%, está em escolas urbanas, e 94,9% das matrículas na zona rural são atendidas pela rede pública.

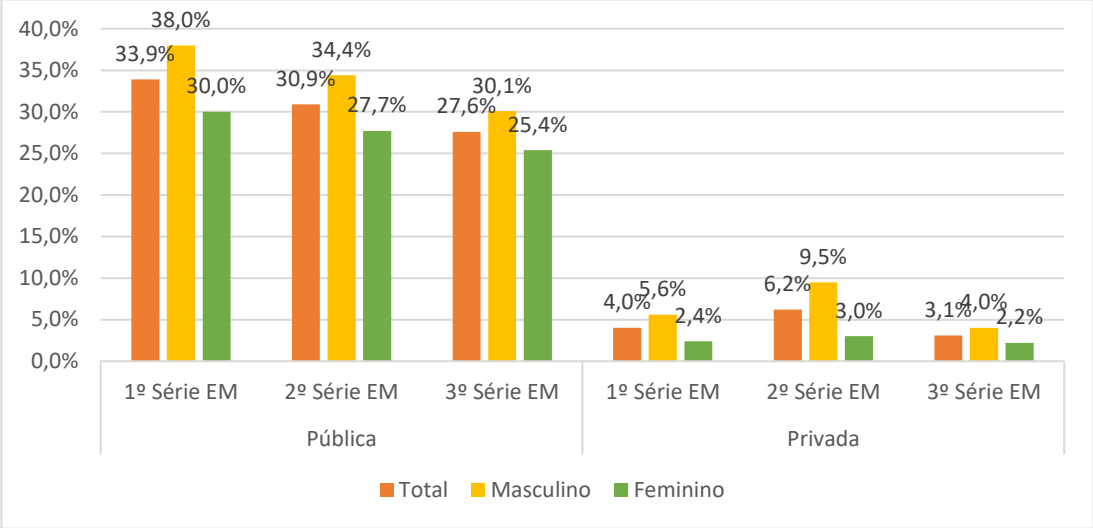
A taxa de distorção, representada na figura 7, ocorre quando um aluno está matriculado em uma série escolar que não corresponde à sua faixa etária adequada.

Por exemplo, um aluno de 18 anos que está na 1ª série do ensino médio apresenta uma distorção, pois a idade esperada para essa série é geralmente entre 15 e 16 anos, e diminui conforme os alunos avançam nas séries. Isso pode indicar que muitos alunos que estão atrasados na 1ª série acabam se adaptando ao longo do tempo e conseguem progredir nas séries subsequentes.

---

custo das mensalidades, o que pode criar barreiras para estudantes de famílias com menor poder aquisitivo.

FIGURA 7- **Taxa De Distorção Idade-Série No Ensino Médio Por Rede De Ensino E Sexo Do Mato Grosso Do Sul, No Período de 2021.**



Fonte: Dados do Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela própria autora).

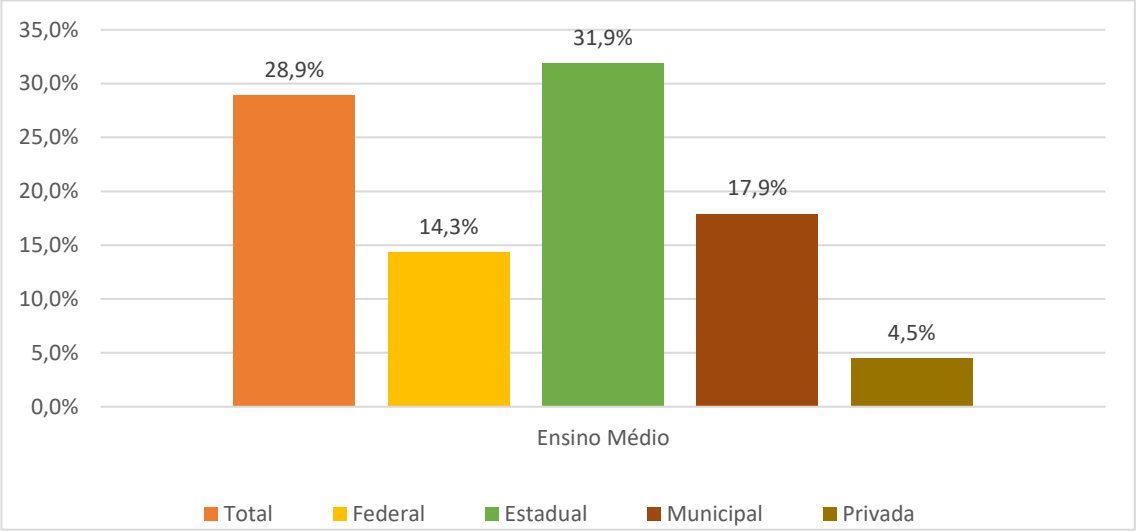
De acordo com dados apresentados na figura 7, essas taxas de distorção no ensino médio foram superiores nas instituições públicas em comparação às privadas. Na rede pública, a maior taxa de distorção foi registrada na primeira série, com um índice de 33,9%. Assim como no ensino fundamental, em ambas as redes, os alunos do sexo masculino demonstraram taxas de distorção idade-série mais elevadas em todas as séries do ensino médio. A diferença mais significativa na taxa de distorção pode ser observada na primeira série da rede pública, onde há uma variação de 8,0 pontos percentuais.

Nas instituições privadas essas taxas de distorções são significativamente mais baixas em comparação às públicas. Isso sugere que as escolas privadas podem ter uma maior capacidade de reter alunos em suas idades adequadas ou que atraem alunos com perfis menos propensos a atrasos escolares.

As escolas públicas enfrentam um desafio maior com a distorção idade-série em comparação com as privadas. A diferença significativa nas taxas entre os gêneros sugere que os meninos podem estar enfrentando mais dificuldades no sistema educacional público. A presença de altas taxas de distorção na primeira série do ensino médio indica que muitos alunos estão ingressando no ensino médio fora da faixa etária esperada. Esses dados podem ser utilizados

para direcionar políticas educacionais que busquem reduzir a distorção idade-série e melhorar o desempenho acadêmico dos alunos em geral.

FIGURA 8- **Taxa De Distorção Idade-Série No Ensino Médio Por Dependência Administrativa Do Mato Grosso Do Sul, No Período de 2021.**



Fonte: Dados do Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela própria autora).

Os dados apresentados na figura 8, mostram a distribuição percentual das matrículas no ensino médio em diferentes tipos de instituições, com um total de 28,9% de alunos matriculados. Dentro desse total, as escolas estaduais têm a maior participação, com 31,9% das matrículas, seguidas pelas escolas municipais com 17,9%, pelas federais com 14,3% e, por último, pelas privadas, que representam apenas 4,5%.

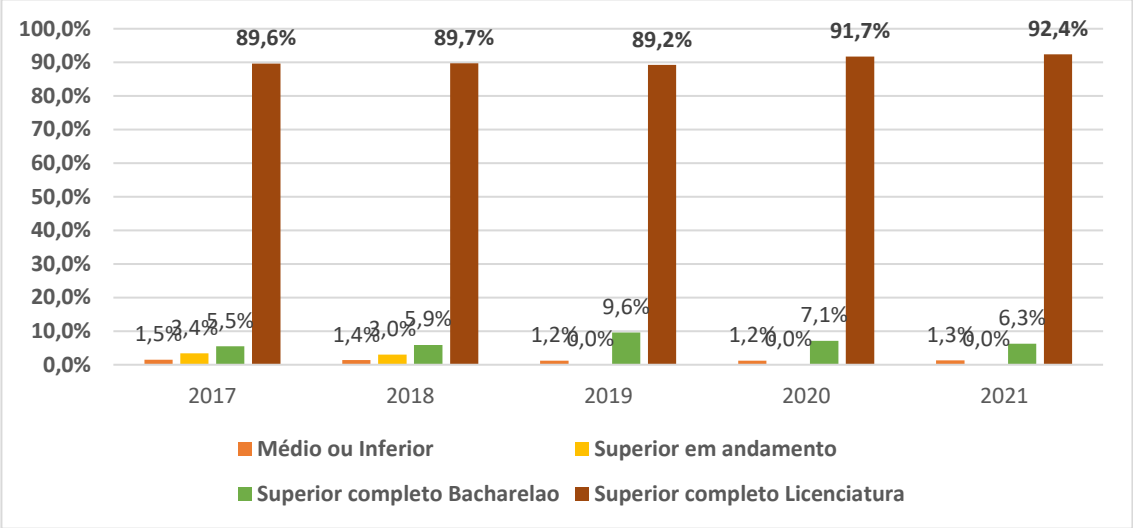
Essa distribuição revela uma clara predominância das escolas públicas na educação do ensino médio. As escolas estaduais lideram em termos de matrícula, o que é bastante comum em muitos contextos brasileiros, onde a rede pública oferece uma opção acessível para a maioria dos alunos. A presença significativa das escolas municipais e federais também destaca a importância da educação pública na formação dos jovens.

A baixa porcentagem de matrículas nas escolas privadas é um indicativo de que muitas famílias podem não ter condições financeiras para arcar com as mensalidades dessas instituições ou preferem optar pela educação pública

disponível. Essa situação é um reflexo direto de questões sociais e econômicas. As altas taxas de matrícula nas escolas públicas podem ser vistas como um reflexo da necessidade da população por educação gratuita e acessível.

Portanto, assim como as baixas taxas nas escolas privadas refletem uma questão social relacionada à renda e ao acesso à educação, as altas taxas nas escolas públicas também são influenciadas por fatores sociais. Elas demonstram que a educação pública é fundamental para garantir que todos os jovens tenham acesso à escolaridade, independentemente da condição financeira de suas famílias. Essa dinâmica evidencia a importância das políticas educacionais voltadas para o fortalecimento da rede pública e para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

FIGURA 9 - **Escolaridade Dos Docentes Do Ensino Médio Do Mato Grosso Do Sul, Nos Períodos De 2017 a 2021.**



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Ressalta-se que parte da elevação no percentual de docentes com curso superior concluído em 2020 e 2021, observada em nível nacional, resulta do trabalho de atualização do cadastro de docentes promovido pelo Inep (adição de cursos concluídos em anos anteriores até então não declarados) como uma das ações da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017. (Gráfico realizado pela própria autora).

No ano de 2017, a maioria da população (89,6%) tinha formação superior completa em Licenciatura. A presença de apenas 1,5% com Ensino Médio ou inferior sugere que a maioria já havia alcançado um nível educacional mais alto. Os dados de 2018 mostram uma leve redução na taxa de pessoas com Ensino Médio ou inferior e uma pequena diminuição no número de pessoas cursando o

Ensino Superior. No entanto, a porcentagem de graduados em Licenciatura aumentou ligeiramente.

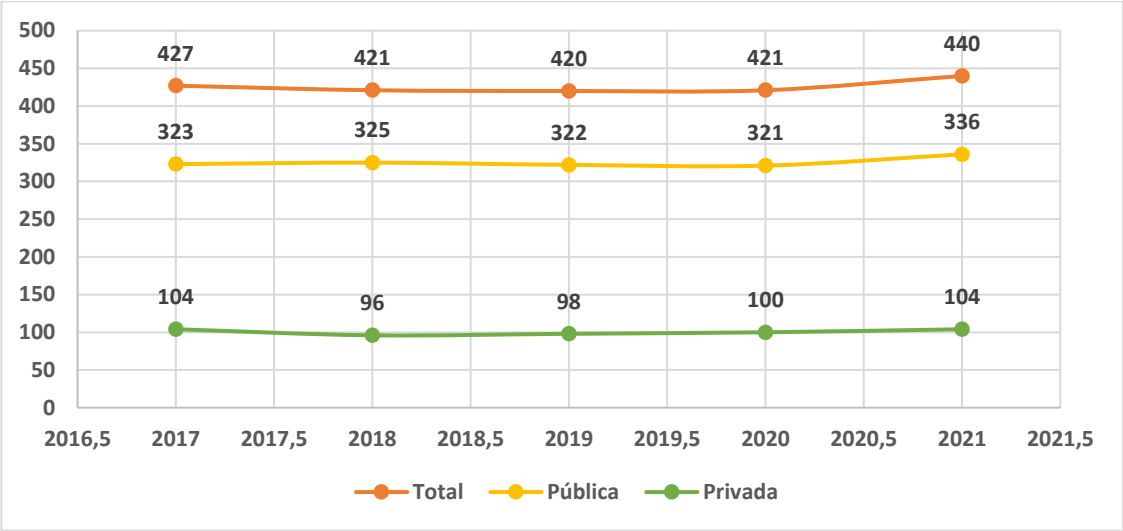
Em 2019, observamos uma queda na taxa de pessoas com Ensino Médio ou inferior (1,2%). O dado mais notável é que não havia ninguém cursando o Ensino Superior naquele ano. Contudo, houve um aumento significativo na porcentagem de pessoas com Bacharelado completo (9,6%), enquanto a taxa de Licenciatura diminuiu ligeiramente.

No ano de 2020, a taxa com Ensino Médio ou inferior permaneceu estável. A ausência de alunos em andamento no Ensino Superior se manteve e a porcentagem de graduados em Bacharelado caiu para 7,1%. Por outro lado, a taxa de Licenciatura aumentou consideravelmente para 91,7%, indicando uma maior concentração nesse tipo de formação.

Em 2021, novamente houve uma pequena variação na taxa de pessoas com Ensino Médio ou inferior. A tendência de não ter alunos cursando o Superior continuou e a taxa de graduados em Bacharelado caiu para 6,3%. A formação superior completa em Licenciatura continuou a crescer (92,4%).

Há um predomínio significativo da formação em Licenciatura ao longo dos anos analisados. Isso pode indicar uma alta valorização dessa formação no mercado educacional. A porcentagem de pessoas com apenas o Ensino Médio ou inferior diminui gradualmente ao longo dos anos.

FIGURA 10**- Evolução Do Número De Escolas De Ensino Médio Por Rede De Ensino Do Mato Grosso Do Sul, Nos Períodos De 2017 a 2021.**



Fonte: Dados do Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (Gráfico realizado pela própria autora).

Em 2021, o estado do Mato Grosso do Sul contou com 440 instituições de ensino médio. Nos últimos cinco anos, houve um crescimento de 3,0% no total de escolas que oferecem essa modalidade de educação. Observamos que o total de alunos apresenta uma leve diminuição de 2017 a 2019, com uma recuperação em 2020 e um aumento significativo em 2021.

O número total de alunos se manteve relativamente estável ao longo dos cinco anos, com uma leve diminuição entre 2017 e 2019, mas demonstrando um aumento em 2021. As instituições públicas apresentaram um crescimento significativo em 2021, sugerindo uma possível maior procura ou valorização do ensino público nesse ano. Isso pode ser reflexo de políticas públicas ou mudanças na percepção da educação pública.

As instituições privadas enfrentaram uma redução no número de alunos entre 2017 e 2018, mas conseguiram estabilizar e até aumentar ligeiramente o número de matriculados até o final do período analisado. O aumento nas instituições públicas pode indicar uma mudança na preferência educacional da população, possivelmente influenciada por fatores como custo, qualidade percebida do ensino ou políticas governamentais.

4. 3 – Orçamento da Educação no estado do Mato Grosso do sul

Os dados apresentados referem-se às despesas líquidas com educação no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo os anos de 2015 a 2023. Essa análise é fundamental para entender como o investimento em educação tem evoluído ao longo dos anos e qual a proporção desse investimento em relação ao orçamento total do estado. A educação é um dos pilares essenciais para o desenvolvimento social e econômico, e a alocação adequada de recursos financeiros é importante para garantir a qualidade do ensino e o acesso à educação para todos.

Tabela 1 – **Despesas liquidas realizadas da Educação no Mato Grosso do Sul: 2015 – 2023.**

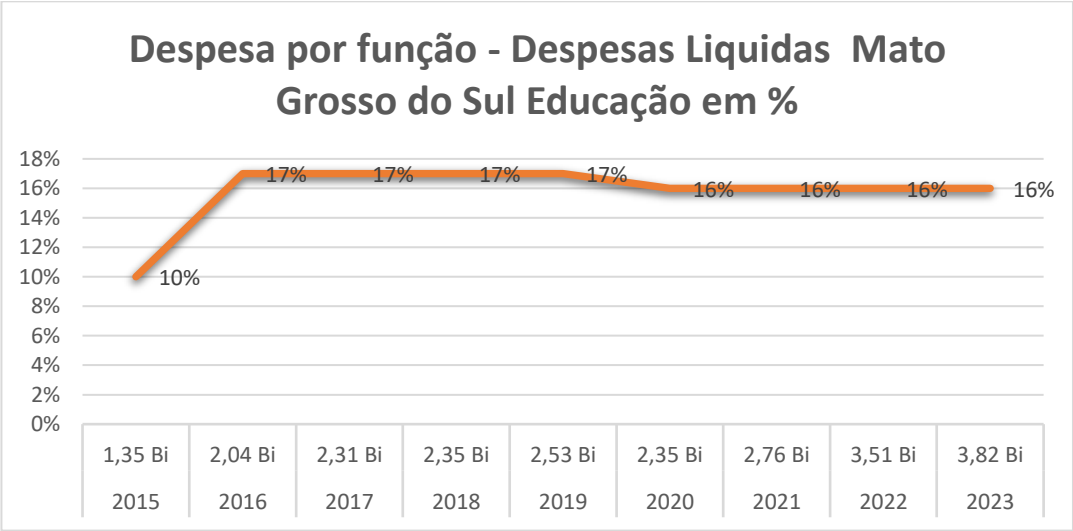
DESPESA POR FUNÇÃO - DESPESAS LIQUIDAS EM EDUCAÇÃO

MATO GROSSO DO SUL		
ANO	Educação	Educação em %
2015	1,35 Bi	10%
2016	2,04 Bi	17%
2017	2,31 Bi	17%
2018	2,35 Bi	17%
2019	2,53 Bi	17%
2020	2,35 Bi	16%
2021	2,76 Bi	16%
2022	3,51 Bi	16%
2023	3,82 Bi	16%

Fonte: Dados Tesouro Nacional Transparente (2024). Tabela feita pela autora.

Em 2015, as despesas com educação foram de 1,35 bilhões de reais. Desde então, houve um crescimento contínuo, alcançando 3,82 bilhões no ano de 2023. Isso representa um aumento significativo de aproximadamente 182% ao longo do período analisado.

FIGURA 11 – **Percentual do orçamento destinado a educacao no estado do Mato Grosso do sul – 2015- 2023**.



Fonte: Dados Tesouro Nacional Transparente (2024). Tabela feita pela autora. Nota: os dados coletados sobre as despesas com educação no Mato Grosso do Sul não fazem distinção entre os diferentes níveis de ensino, como educação fundamental, média ou superior. Esses dados representam um panorama geral, englobando todos os orçamentos destinados à educação no estado. Essa abordagem permite uma visão abrangente dos investimentos realizados, mas limita a análise detalhada sobre como os recursos são distribuídos entre os diversos segmentos educacionais. Portanto, embora os números reflitam um aumento nas despesas e uma priorização da educação ao longo dos anos, a falta de segmentação impede uma compreensão mais precisa das necessidades e desafios específicos de cada nível de ensino. (Tabela feita pela autora).

O percentual do orçamento destinado à educação apresenta uma certa estabilidade. Em 2015, esse percentual era de 10%, aumentando para 17% em 2016 e se mantendo em 17% até 2019. Entre 2020 e 2023, o percentual se estabiliza em torno de 16%, apesar do aumento absoluto nas despesas.

Análise Detalhada por Ano

2015 a 2016: O aumento nas despesas de 1,35 Bi para 2,04 Bi indica uma priorização inicial da educação no estado.

2016 a 2017: A despesa continua a crescer, atingindo 2,31 Bi, mantendo o percentual em 17%. Isso sugere uma consolidação da política pública em favor da educação.

2018 a 2019: As despesas aumentam levemente (2,35 Bi e 2,53 Bi), mas o percentual permanece estável em 17%, indicando que o crescimento do orçamento pode ter sido equilibrado com outras áreas.

2020: As despesas caem para 2,35 Bi, com uma leve redução no percentual para 16%. Esse ano pode ter sido impactado por desafios econômicos ou ajustes orçamentários.

2021 a 2023: Há um crescimento contínuo das despesas, alcançando 3,82 Bi em 2023. O percentual se mantém em torno de 16%, sugerindo que o estado está tentando manter um equilíbrio entre diferentes áreas do orçamento.

A análise das despesas com educação no Mato Grosso do Sul revela um compromisso crescente com o investimento nesse setor ao longo dos anos. Apesar das flutuações percentuais em relação ao orçamento total, o aumento absoluto nas despesas demonstra uma tentativa clara de melhorar e expandir os serviços educacionais no estado. Esse investimento é crucial para promover melhorias na qualidade da educação e atender às necessidades da população, refletindo um passo importante na busca por um futuro mais educado e igualitário.

5. Considerações finais

A educação no Brasil é um tema essencial ligado ao desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A análise das referências apresentadas revela que, apesar dos avanços nas últimas décadas, a realidade educacional ainda é marcada por profundas desigualdades. O acesso à educação de qualidade continua a ser um desafio, especialmente para as populações mais vulneráveis.

A Constituição Federal de 1988 e as reflexões de diversos autores enfatizam que a responsabilidade pela educação é compartilhada entre o Estado e a família. No entanto, cabe ao Estado garantir não apenas o acesso, mas também um padrão mínimo de qualidade educacional em todas as esferas. As disparidades entre as redes pública e privada reforçam a necessidade de uma abordagem colaborativa que busque eliminar essas diferenças e promova uma justiça social efetiva na educação.

A educação no Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul, enfrenta desafios significativos, como desigualdades socioeconômicas e a necessidade de adaptação às novas realidades trazidas pela pandemia de covid-19, as

matrículas no Ensino Médio entre 2017 e 2021 apresentou quedas significativas durante a pandemia. Embora iniciativas como o programa "Escola da Autoria" busquem melhorar a qualidade do ensino, ainda persistem disparidades entre escolas. A eficácia das aulas online durante a pandemia levantou questões sobre a preparação dos alunos e o uso adequado das tecnologias digitais.

Além disso, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para o sistema educacional. O fechamento das escolas e a transição abrupta para o ensino remoto impactaram negativamente o aprendizado dos alunos, agravando as desigualdades já existentes. Muitas crianças e adolescentes enfrentaram dificuldades de acesso à tecnologia e à internet, o que limitou sua capacidade de participar das aulas online. A distorção idade-série se agravou, especialmente em regiões mais vulneráveis, e é um problema que afeta o aprendizado, especialmente entre os alunos da rede pública. Em 2021, a análise mostrou variações significativas por sexo e rede de ensino. A escolaridade dos docentes do Ensino Médio também é um indicador importante. Notou-se que entre 2019 e 2023, a formação dos professores variou, mas a necessidade de profissionais qualificados continua sendo um desafio. O investimento na formação continuada é essencial para melhorar a qualidade do ensino.

Em consequência, o percentual do orçamento destinado à educação tenha apresentado certa estabilidade, especialmente nos últimos anos, é importante notar que a manutenção desse percentual em níveis próximos a 16% demonstra um compromisso em equilibrar as demandas de diferentes áreas governamentais. Esse equilíbrio é essencial para garantir que a educação não seja negligenciada em meio a outras prioridades orçamentárias.

Contudo, o aumento das despesas pode ser interpretado como uma resposta às necessidades crescentes da população e à busca por melhorias na infraestrutura educacional, na formação de professores e na qualidade do ensino. No entanto, é fundamental que esses investimentos sejam acompanhados de políticas eficazes e avaliações constantes para garantir que os recursos estejam sendo utilizados de maneira eficiente e que realmente impactem a qualidade da educação oferecida.

Em suma, os dados apresentados não apenas revelam um aumento significativo nos investimentos em educação, mas também destacam a importância de um enfoque contínuo e estratégico para enfrentar os desafios educacionais do estado e até mesmo no brasil. O futuro da educação depende não apenas dos recursos financeiros alocados, mas também da implementação de políticas que promovam a equidade e a qualidade no ensino para todos os cidadãos. Ao investir em uma educação de qualidade, os países podem não apenas melhorar as perspectivas individuais dos cidadãos, mas também garantir um futuro econômico mais próspero e sustentável.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2011, Brasília. [Anais...] (FONAPRACE). Brasília: TC Gráfica e Editora, 2011.

Banco Mundial. **Relatório de Desenvolvimento Mundial 2018: Aprendendo a Realizar a Promessa da Educação.** Washington, DC: Banco Mundial. p.23, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica. Brasília,** 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria Ministerial n.º 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º jun. 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. COVID-19 Painel Coronavírus. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 9 ago. 2022.

CARVALHO, Jussara Carnielle de. **RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ENTRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES.** Belo Horizonte. 2019.

COSTA JÚNIOR, João Fernando. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA SOCIEDADE DA**

INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. Revista Convergências: estudos em Humanidades Digitais – v. 01, n. 01, p. 127-144, 2023.CUNHA, A. E. **A história da educação privada brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa,** Sd. Disponível em: https://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/A_Histria_Da_Educao_Privada_Brasileira_E_O_Principio_Democrtico_Da_Livre_Iniciativa.pdf (2015).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos de Técnicas de Pesquisa Social.** *6ª Ed. São Paulo. Atlas, 2008.*

GOMES, C. A. **Escola de qualidade para todos revisitada: desfolhando as camadas da cebola. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,** Rio de Janeiro, v. 28, n.109, p. 843-862, out./dez. 2020.

GORDON, F. del R. A. Do **aprendizado em cenários presenciais ao aprendizado virtual em tempos de pandemia.** Estudos Pedagógicos, Valdivia, v. 46, n. 3, p. 213-223, 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Panorama da educação: destaques do Education at a Glance 2017.** Brasília, DF: Diretoria de estatísticas educacionais, INEP/MEC, set. 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de Avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2023.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, p. 18, 2023.

LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. **Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural.** RPGE - Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 816-840, 2020.

LIMA, L. C. de; SOUSA, L. B. de. **Pandemia do covid-19 e o processo de aprendizagem: um olhar psicopedagógico.** Id on Line: Revista Multidisciplinar e de Psicologia, Jaboatão dos Guararapes, v. 15, n. 54, p. 813-835, fev. 2021.

MARQUES, Rafaella Brum. **A RELAÇÃO PÚBLICA PRIVADA E A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL.** Brasília, DF. 2014.

MENEZES, S. K. de O.; FRANCISCO, D. J. **Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem.** Revista Brasileira de Informática na Educação, Porto Alegre, v. 28, p. 985-1012, dez. 2020.

OCDE- Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (**). Educação em Perspectiva 2018: Indicadores da OCDE.** Paris: Publicação da OCDE. p. 45. (2018).

OCDE - Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico. **Educação em Números 2018: Indicadores da OCDE**. Paris: Publicações da OCDE.p.45 (2018)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Relatório Mundial de Monitoramento da Educação.** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2020).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Ensinar e Aprender: Alcançando Qualidade para Todos. Relatório de Monitoramento Global da EFA**. p. 78. (2014).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Relatório Global sobre Educação**. (2020), (p.10).

ROMER, P. M. **Mudança Tecnológica Endógena**. Journal of Political Economy. p. 71. (1990).

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS). **Programa Escola da Autoria**. Disponível em: [www.sed.ms.gov.br] (http://www.sed.ms.gov.br). (2021).

TREZZI, Clóvis. **O acesso universal à Educação no Brasil: uma questão de justiça social.** Rio de Janeiro, v.30, n.117, p. 942-959, out./dez. 2022